

COOPERATIVA DE CRÉDITO COPERSUL LTDA. - SICOOB COPERSUL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO COPERSUL LTDA. - SICOOB COPERSUL**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/10/1983**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Em 2021, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária pelos associados, houve alteração da denominação social da Cooperativa de Crédito Copersul Ltda. SICOOB COPERSUL que até então era denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Três Pontas Ltda. SICOOB COPERSUL

O **SICOOB COPERSUL**, sediado à **rua Américo Miari nº 36 Centro CEP 37-190-000 Três Pontas – MG**, possui **3** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SANTANA DA VARGEM - MG, COQUEIRAL - MG, NEPOMUCENO - MG.**

O **SICOOB COPERSUL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 13/08/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer

eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO COPERSUL LTDA - SICOOB COPERSUL junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

i) foi aprovado o Plano de Continuidade de Operacional (PCO) de pandemia coronavírus (Covid-19) com adoção de medidas individuais de prevenção e proteção, medidas em casos de doenças respiratórias, medidas em caso de empregado infectado – suspeita e confirmação, medidas de prevenção e proteção nos ambientes corporativos, medidas para atendimento ao público, medidas de prevenção e proteção para fornecedores e terceiros. O PCO descreve ações sobre cenários de descontinuidade: alerta, perigo iminente e emergência e os processos, funções e fornecedores críticos;

ii) foram identificados os funcionários enquadrados nos grupos de risco;

iii) foram solicitadas licenças adicionais para o trabalho em home office;

iv) escala de revezamento dos funcionários em home office;

v) continuidade dos processos de créditos emergenciais para PJ's afetadas pela pandemia;

vi) tratamento da carteira de crédito com prorrogações de acordo com a resolução do Bacen 4782/2020;

vii) divulgação massiva dos canais alternativos, incentivando os associados à sua utilização;

viii) sanitização das instalações da agência Sede e Postos de Atendimento;

ix) realização de testes de Covid nos funcionários.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

c) Relações Interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

d) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	2.313.676,90	2.209.941,02
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	114.537.050,34	107.160.607,77
TOTAL	116.850.727,24	109.370.548,79

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram de:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.537.949,06	1.039.099,07

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	43.618.394,41	12.574.121,74	56.192.516,15	38.003.088,35	12.883.064,49	50.886.152,84
Financiamentos	2.104.698,36	5.135.520,67	7.240.219,03	1.535.219,09	2.898.056,93	4.433.276,02
Financiamentos Rurais	43.299.417,67	10.948.752,83	54.248.170,50	35.388.346,25	4.580.235,68	39.968.581,93
Total de Operações de Crédito	89.022.510,44	28.658.395,24	117.680.905,68	74.926.653,69	20.361.357,10	95.288.010,79
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.152.560,21)	(1.092.649,62)	(3.245.209,83)	(1.739.164,44)	(975.026,05)	(2.714.190,49)
TOTAL	86.869.950,23	27.565.745,62	114.435.695,85	73.187.489,25	19.386.331,05	92.573.820,30

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	3.866.377,11	525.140,89	8.317.949,76	12.709.467,76		7.504.332,24	
A 0,5% Normal	20.234.670,65	2.201.931,09	29.515.423,98	51.952.025,72	(259.760,13)	48.938.668,71	(244.693,42)
B 1% Normal	15.976.605,34	3.263.598,07	12.028.286,02	31.268.489,43	(312.684,94)	22.651.343,66	(226.513,51)
B 1% Vencidas	50.972,96	0,00	0,00	50.972,96	(509,73)	176.231,56	(1.762,32)
C 3% Normal	10.683.787,13	1.162.689,95	3.759.213,31	15.605.690,39	(468.170,71)	11.603.867,32	(348.116,13)
C 3% Vencidas	132.248,48	0,00	0,00	132.248,48	(3.967,45)	16.724,29	(501,73)
D 10% Normal	2.867.804,64	86.859,03	618.867,95	3.573.531,62	(357.353,56)	2.243.400,70	(224.340,14)
D 10% Vencidas	25.094,22	0,00	0,00	25.094,22	(2.509,42)	54.698,41	(5.469,84)
E 30% Normal	355.661,37	0,00	8.429,48	364.090,85	(109.227,25)	203.420,77	(61.026,25)
E 30% Vencidas	35.686,93	0,00	0,00	35.686,93	(10.706,08)	6.130,12	(1.839,04)
F 50% Normal	187.514,74	0,00	0,00	187.514,74	(93.757,37)	280.577,10	(140.288,59)
F 50% Vencidas	117.789,23	0,00	0,00	117.789,23	(58.894,62)	186.691,97	(93.346,01)
G 70% Normal	198.309,23	0,00	0,00	198.309,23	(138.816,46)	185.434,88	(129.804,46)
G 70% Vencidas	103.806,71	0,00	0,00	103.806,71	(72.664,70)	0,00	0,00
H 100% Normal	1.097.198,43	0,00	0,00	1.097.198,43	(1.097.198,43)	915.599,31	(915.599,31)
H 100% Vencidas	258.988,98	0,00	0,00	258.988,98	(258.988,98)	320.889,75	(320.889,75)
Total Normal	55.467.928,64	7.240.219,03	54.248.170,50	116.956.318,17	(2.836.968,85)	94.526.644,69	(2.290.381,80)
Total Vencidos	724.587,51	0,00	0,00	724.587,51	(408.240,98)	761.366,10	(423.808,69)
Total Geral	56.192.516,15	7.240.219,03	54.248.170,50	117.680.905,68	(3.245.209,83)	95.288.010,79	(2.714.190,49)
Provisões	(2.712.945,51)	(87.212,27)	(445.052,05)	(3.245.209,83)		(2.714.190,49)	
Total Líquido	53.479.570,64	7.153.006,76	53.803.118,45	114.435.695,85		92.573.820,30	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	18.584.608,04	25.033.786,37	12.574.121,74	56.192.516,15
Financiamentos	478.113,99	1.626.584,37	5.135.520,67	7.240.219,03
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.310.261,73	38.989.155,94	10.948.752,83	54.248.170,50
TOTAL	23.372.983,76	65.649.526,68	28.658.395,24	117.680.905,68

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	30/06/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	4.836.488,55	179.422,34	0,00	5.015.910,89	4,26%
Setor Privado - Indústria	1.341.728,68	15.818,38	0,00	1.357.547,06	1,15%
Setor Privado - Serviços	20.315.567,98	3.823.834,97	1.303.844,52	25.443.247,47	21,62%
Pessoa Física	29.495.962,88	3.221.143,34	48.444.325,98	81.161.432,20	68,97%
Outros	202.768,06	0,00	4.500.000,00	4.702.768,06	4,00%
TOTAL	56.192.516,15	7.240.219,03	54.248.170,50	117.680.905,68	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	2.714.190,49	3.663.069,38
Constituições/Reversões no período	762.398,58	(466.213,10)
Transferência para Prejuízo no período	(231.379,24)	(482.665,79)
Saldo Final	3.245.209,83	2.714.190,49

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	4.500.000,00	3,82%	1.792.633,27	1,88%
10 Maiores Devedores	20.525.120,16	17,44%	14.846.937,55	15,59%
50 Maiores Devedores	52.745.646,80	44,82%	42.297.546,97	44,42%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	3.792.960,32	3.887.159,61
Valor das operações transferidas no período	231.379,24	482.665,79
Valor das operações recuperadas no período	(75.914,20)	(573.363,86)
Descontos concedidos nas operações recuperadas	(48.158,04)	(3.501,22)
Saldo Final	3.900.267,32	3.792.960,32

h) Operações renegociadas:

Em 30/06/2021 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$3.565.071,76, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	69.554,21	0,00	29.356,69	0,00
Rendas a Receber (b)	368.883,22	0,00	186.347,42	0,00
Títulos e Créditos a Receber (c)	28.998,83	0,00	28.148,47	0,00
Devedores por Depósitos em Garantia	0,00	1.847.340,93	0,00	1.815.779,46
TOTAL	467.436,26	1.847.340,93	243.852,58	1.815.779,46

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central;

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas;

(e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$296.155,17), Pis Folha - Depósito Judicial (R\$383.571,81), Cofins (R\$1.167.613,95).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados (a)	(40.197,95)	-	(25.511,68)	-
Total	(40.197,95)	-	(25.511,68)	-

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
E	30%	Vencidas	15.775,95	15.775,95	(4.732,80)	5.105,08	(1.531,53)
F	50%	Vencidas	33.971,10	33.971,10	(16.985,55)	542,93	(271,47)
G	70%	Vencidas	4.425,19	4.425,19	(3.097,63)	0,00	0,00
H	100%	Vencidas	15.381,97	15.381,97	(15.381,97)	23.708,68	(23.708,68)
Total Vencidos			69.554,21	69.554,21	(40.197,95)	29.356,69	(25.511,68)
Total Geral			69.554,21	69.554,21	(40.197,95)	29.356,69	(25.511,68)
Provisões			(40.197,94)	(40.197,95)		(25.511,68)	
Total Líquido			29.356,27	29.356,26		3.845,02	

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30/06/2021:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	66.031,04	0,00	73,00	0,00
TOTAL	66.031,04	0,00	73,00	0,00

8. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	49.918,31	0,00	30.765,67	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	590,00	0,00	5.112,33	0,00
Devedores Diversos – País (a)	5.747,94	0,00	33.150,17	0,00
Despesas Antecipadas (b)	245.456,16	0,00	119.963,23	0,00
TOTAL	301.712,41	0,00	188.991,40	0,00

(a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$3.502,30), Seguros Contratados a Receber (R\$1.081,00), Plano de Saúde a Receber (R\$123,81), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R\$1.040,83);

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos Prêmios de Seguros (R\$20.508,28), Processamento de Dados (R\$60.991,35), Vale Refeição/Alimentação (R\$60.993,75), Contribuição Cooperativista (R\$40.798,02), IPVA (R\$2.409,96) e outros (R\$60.054,80).

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB COPERSUL** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	5.979.637,52	5.858.409,80
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	45.931,00	45.931,00
TOTAL	6.025.568,52	5.904.340,80

(a) Refere-se a cotas de capital na Central Crediminas

(b) Refere-se a ações do Bancoob, avaliados pelo método de custo de aquisição

10. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Imobilizado em Curso (a)		500.331,00	215.290,64
Terrenos		560.000,00	560.000,00
Edificações	4%	2.356.625,26	2.356.625,26
Instalações	10%	164.458,82	164.458,82
Móveis e equipamentos de Uso	10%	417.206,73	388.536,93
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.196.003,92	1.171.479,73
Sistema de Segurança	10%	123.529,04	104.029,04
Sistema de Transporte	20%	148.558,44	148.558,44
Total de Imobilizado de Uso		5.466.713,21	5.108.978,86
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações		(716.659,79)	(669.527,33)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(94.754,60)	(86.870,54)
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(998.945,97)	(877.923,29)
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso		(72.063,60)	(57.207,78)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.882.423,96)	(1.691.528,94)
TOTAL		3.584.289,25	3.417.449,92

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	68.168.669,61	0,00	59.384.405,82	0,00
Depósito a Prazo	88.125.169,87	0,00	70.713.799,07	16.061,64
TOTAL	156.293.839,48	0,00	130.098.204,89	16.061,64

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	6.074.387,79	3,89%	4.688.907,95	3,18%
10 Maiores Depositantes	36.681.084,62	23,47%	27.017.756,09	18,31%
50 Maiores Depositantes	71.866.068,58	45,98%	59.033.964,84	40,01%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.028.493,78)	(1.086.730,62)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(186.312,25)	(148.501,00)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(119.419,48)	(82.994,20)
TOTAL	(1.334.225,51)	(1.318.225,82)

12. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA	16.938.976,89	-	11.704.200,69	3.612.375,76
Total	16.938.976,89	-	11.704.200,69	3.612.375,76

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 11 letra “b” Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

13. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2021		31/12/2020	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	De 3,00% até 8,94% a.a.	De 10/2021 até 10/2029	28.406.682,08	1.950.196,73	25.306.123,99	2.144.393,58
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(527.323,46)	(347.644,18)	(1.107.523,23)	(395.841,03)
Recursos da Central	5,25% a.a.	De 10/2021 até 03/2026	3.116.157,49	187.675,44	3.244.185,09	0,00
(-) Despesas a Apropriar Central			(42.878,38)	(32.602,65)	(122.706,45)	0,00
TOTAL			30.952.637,73	1.757.625,34	27.320.079,40	1.748.552,55

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2021	30/06/2020
Banco Cooperativo do Brasil - Banco Sicoob	(680.975,11)	(368.756,34)
Cooperativa Central	(80.294,58)	(10.177,60)
Total	(761.269,69)	(378.933,94)

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	95.414,12	0,00	2.342.251,85	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	1.814,56	0,00	0,00	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b)	225.485,42	0,00	761,39	0,00
TOTAL	322.714,10	0,00	2.343.013,24	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Concessionários de Serviços Públicos (R\$95.414,12);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a IOF Operações de Crédito (R\$73.526,55), Tributos Estaduais (R\$128.576,49) e Tributos Municipais (R\$23.382,38).

15. Instrumentos Financeiros Derivativos

O **SICOOB COPERSUL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 30/06/2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Provisões

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	173.854,00	539.924,85	148.657,72	363.894,00
Provisão Para Contingências	0,00	1.877.430,66	66.004,51	1.819.343,55
TOTAL	173.854,00	2.417.355,51	214.662,23	2.183.237,55

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	11.841.670,61	10.291.743,70

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	296.155,17	296.155,17	294.806,50	294.806,50
PIS FOLHA	386.054,39	383.571,81	362.552,05	358.987,96
COFINS	1.167.613,95	1.167.613,95	1.161.985,00	1.161.985,00
Outras Contingências	27.607,15	-	66.004,51	-
Total	1.877.430,66	1.847.340,93	1.885.348,06	1.815.779,46

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	198.256,93	0,00	275.156,50	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	10.558,62	0,00	10.906,15	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários (b)	173.289,56	0,00	193.061,56	0,00
Outros	29.482,85	0,00	56.175,93	0,00
TOTAL	411.587,96	0,00	535.300,14	0,00

(a) Refere-se a provisões IRPJ, CSLL, do 1º semestre de 2021 sobre atos não cooperativos;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), Contribuição Sindical a Recolher, (IRRF, ISSQN, PIS e COFINS).

18. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias	919.325,10	-	1.405.708,22	-
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	231.376,09	-	396.091,42	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	945.308,86	-	718.681,47	-
Credores Diversos – País (b)	281.999,97	-	266.295,32	-
Total	2.378.010,02	-	2.786.776,43	-

(a) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$778.842,21), Provisão de Despesas da Cooperativa (R\$98.831,48), Seguro Prestamista (R\$67.353,96) e outros (R\$281,21);

(b) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar (R\$3.727,00), Pendência a Regularizar Diferença de Caixa (R\$3.305,73), Pendência a Regularizar **BANCO SICOOB** (R\$6.393,77), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$35.577,34), Saldos Credores Cartões (R\$154,09), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$128.098,02), Valores a Liquidar Crédito Consignado (R\$5.220,00), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$99.374,02) e outros (R\$150,00).

18.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	604.578,08	-	752.332,47	-
Cotas de Capital a Pagar (b)	269.591,24	-	287.375,75	-
Provisão para Participações nas Sobras	-	-	328.000,00	-
Gratificações e Participações a Pagar	45.155,78	-	38.000,00	-
Total	919.325,10	-	1.405.708,22	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	17.533.801,31	16.076.858,92
Associados	5.331	5.111

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 22/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

•100% para Conta Capital, no valor de R\$ 1.677.696,49.

20. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	73.985,24	112.106,85
Rendas de Empréstimos	4.082.023,49	4.700.315,39
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	188.317,82	357.331,86
Rendas de Financiamentos	317.171,93	214.529,26
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	578.379,27	809.593,62
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	529.405,74	336.554,73
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	160.637,67	13.828,04
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	81.454,82	9.797,96
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	77.485,20	263.738,90
TOTAL	6.088.861,18	6.817.796,61

21. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Operações de Captação no Mercado	(1.334.225,51)	(1.318.225,82)
Operações de Empréstimos e Repasses	(761.269,69)	(378.933,94)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(777.084,85)	(1.624.178,32)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	842.608,05	1.025.525,78
Reversões de Provisões para Outros Créditos	2.991,76	2.827,62
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.582.810,30)	(2.542.493,70)
(-) Provisões para Outros créditos	(39.874,36)	(110.038,02)
Total	(2.872.580,05)	(3.321.338,08)

22. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	307.330,36	296.966,40
Rendas de Transferência de Fundos	5.809,24	4.683,66
Rendas de Outros Serviços	1.434.262,82	1.021.350,21
Total	1.747.402,42	1.323.000,27

23. Rendas de Tarifas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	327.477,30	330.633,40
Rendas de Serviços Prioritários - PF	66.389,40	107.822,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	6.257,30	12.743,43
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	360.278,11	363.255,86
TOTAL	760.402,11	814.454,69

24. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(31.910,40)	(30.756,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(500.803,61)	(469.452,83)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(493.494,74)	(450.289,81)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(657.481,34)	(547.747,04)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.709.376,51)	(1.399.032,78)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(23.331,46)	(16.810,73)
TOTAL	(3.416.398,06)	(2.914.090,15)

25. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(56.039,23)	(47.142,36)
Despesas de Aluguéis	(29.126,84)	(18.960,00)
Despesas de Comunicações	(99.668,45)	(104.734,21)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(52.562,56)	(37.649,63)
Despesas de Material	(36.896,00)	(38.116,98)
Despesas de Processamento de Dados	(324.835,28)	(316.357,86)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(23.009,86)	(17.651,89)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(54.059,57)	(3.480,00)
Despesas de Seguros	(19.465,92)	(23.823,78)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(507.996,58)	(382.545,85)
Despesas de Serviços de Terceiros	(68.233,10)	(57.263,60)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(227.686,96)	(254.054,96)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(140.706,07)	(79.001,88)
Despesas de Transporte	(118.014,54)	(113.636,46)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	(24,09)
Despesas de Viagem no País	(2.854,06)	(1.419,81)
Despesas de Depreciação	(190.895,02)	(178.711,52)

Outras Despesas Administrativas	(45.305,36)	(53.168,44)
Emolumentos judiciais e cartorários	(10.183,89)	(27.858,40)
Contribuição a OCE	(26.395,93)	(21.112,32)
Rateio de despesas da Central	(213.653,80)	(210.328,46)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(58.552,56)	(48.136,26)
TOTAL	(2.306.141,58)	(2.035.178,76)

26. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	80.162,96	75.105,06
Reversão de Provisão com Imposto de Renda	2.535,88	-
Dividendos	2.560,03	7.211,05
Rendas de Cartão e Adquirência	262.780,64	318.519,37
Atualização de Depósitos Judiciais	10.810,38	15.080,48
Rendas de Repasses Interfinanceiros	23.070,70	33.733,22
Sobras Recebidas da Central	169.001,14	156.215,32
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	12.786,97	0,20
Total	563.708,70	605.864,70

27. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Descontos Concedidos	(15.605,80)	(21.133,37)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(39.852,50)	(62.445,36)
Outras Contribuições Diversas	(44.035,85)	(43.343,63)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(20.851,15)	(3.278,47)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	(3.624,23)	(665,36)
Perdas - Fraudes Externas	-	(9.552,21)
Perdas - Práticas Inadequadas	(180.480,61)	(372,18)
Perdas - Falhas em Sistemas de Ti	-	(165,00)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(25.284,90)	(31.569,92)
Total	(329.735,04)	(172.525,50)

28. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões/Reversões para Contingências	6.774,34	(95.464,77)
Provisões para Contingências	(39.270,17)	(95.464,77)
Reversões de Provisões para Contingências	46.044,51	-
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(201.227,13)	(286.524,43)
Provisões para Garantias Prestadas	(288.220,57)	(404.924,77)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	86.993,44	118.400,34
Total	(194.452,79)	(381.989,20)

29. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Ganhos de Capital	8.738,95	2.276,97
(-) Perdas de Capital	(23.720,23)	(83.865,37)
Resultado Líquido	(14.981,28)	(81.588,40)

30. Resultado Não Recorrente

Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No semestre findo em 30/06/2021 e 30/06/2020, a instituição não registrou nenhum evento que tenha gerado resultado não recorrente.

31. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de **2021**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	529.585,39	0,58%	1.824,60
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	146.233,99	0,16%	210,08
TOTAL	675.819,38	0,75%	2.034,68
Montante das Operações Passivas	5.794.498,49	5,26%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	21.367,12	106,86	0,02%
Conta Garantida	4.964,12	49,64	0,01%
Financiamentos Rurais	1.994.219,63	9.971,09	1,69%
Empréstimos	98.750,83	527,39	0,08%
Financiamentos	6.019,96	30,10	0,01%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total
Depósitos a Vista	834.491,14	0,54%
Depósitos a Prazo	4.801.244,90	3,07%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	50.471,55	0,30%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,85%
Financiamentos Rurais - repasses	0,97%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	92,84% do CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	0,27%

d) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,07%
Crédito Rural (modalidades)	0,74%
Aplicações Financeiras	5,26%

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	7.092,51
Conta Garantida	3.115.530,73
Empréstimos	14.494,21
Financiamentos	45.100,08

f) No primeiro semestre de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO 1º SEMESTRE DE 2021 E 2020		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários	(293.699,52)	(283.083,85)
Conselho de Administração	(166.643,34)	(153.785,04)
Conselho Fiscal	(31.910,40)	(30.756,96)
Gratificações da Diretoria	(40.460,75)	(32.583,94)
FGTS Diretoria	(28.850,88)	(23.940,69)
INSS Diretoria/Conselhos	(114.142,81)	(96.896,46)
Plano de Saúde	(5.796,20)	(5.460,90)
Total	(681.503,90)	(626.507,84)

32. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE COPERSUL LTDA. - SICOOB COPERSUL**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB COPERSUL** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS**:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	114.537.050,34	60.304.281,62
Ativo - Investimentos	5.979.637,52	5.702.143,07
Total das Operações Ativas	120.516.687,86	66.006.424,69
Passivo - Repasses Interfinanceiros	3.228.351,90	3.121.478,64
Total das Operações Passivas	3.228.351,90	3.121.478,64

33. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

33.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas

operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

33.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

33.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

33.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

33.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

34. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades. Em 30/06/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do SICOOB COPERSUL estava em conformidade.

Três Pontas - MG, 13 de agosto de 2021.

Cooperativa de Crédito Copersul Ltda.
SICOOB COPERSUL

Márcio Pieve
Presidente do Conselho de Administração

Sara Mesquita Tavares Nogueira
Vice-presidente do Conselho

Antônio Fernando Lima Salgado
Conselheiro de Administração

Flávio Oliveira Reis
Conselheiro de Administração

Marco Aurelio Corrêa de Figueiredo
Conselheiro de Administração

Venício Manoel Mesquita Junior
Conselheiro de Administração

Lúcio Flávio Campos Mendes
Diretor Financeiro

Meire Rozana de Castro
Diretora Administrativo

Maria José da Silva Souza
Diretora Planejamento e Controle

José Osvaldo da Silva
Contador CRC MG 084.114

